

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.809 - RJ (2019/0251989-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **SENDAS DISTRIBUIDORA S/A**
OUTRO NOME : **EXTRA SUPERMERCADOS**
ADVOGADOS : **OSMAR BERARDO CARNEIRO DA CUNHA FILHO -**
RJ099758
ANDRÉ FERRARINI DE OLIVEIRA PIMENTEL - SP185441
AGRAVANTE : **JOAO ALVES PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUCIANA GUSMÃO DE SOUZA GOUVÊA - RJ071085**
RAPHAEL GOUVÊA VIANNA - RJ186058
AGRAVADO : **OS MESMOS**
AGRAVADO : **FORMULA PARK EXPLORACAO DE ESTACIONAMENTO**
LTDA
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de compensação por dano moral e reparação por dano material.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, § 1º, VI, do CPC/15.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JOAO

Superior Tribunal de Justiça

ALVES PEREIRA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de compensação por dano moral e reparação por dano material, ajuizada pelo agravante, em face de SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e FORMULA PARK EXPLORACAO DE ESTACIONAMENTO LTDA, na qual relata que em 22/05/2009 teve seus pertences roubados no estacionamento da SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, sendo alvejado por tiro na barriga. Pleiteia compensação por dano moral e reparação por dano material.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos, para condenar as agravadas, solidariamente, ao pagamento ao agravante a título de reparação por danos materiais da quantia de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), bem como de danos estéticos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pelo agravante e negou provimento à apelação interposta pela agravada, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TENTATIVA DE LATROCÍNIO EM ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA. FALHA NO DEVER SEGURANÇA. PROVA DO FATO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS DEVIDOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DAS PARTES. RÉU QUE SUSTENTA CASO FORTUITO E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AUTOR PUGNA PELA MAJORAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES. INCIDÊNCIA DAS NORMAS DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXCLUDENTES DE CASO FORTUITO E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO DEMONSTRADAS E SEQUER APLICÁVEIS À ESPÉCIE. FORTUITO INTERNO. PRECEDENTES. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS CONFIGURADOS. MAJORAÇÃO DAS VERBAS A TÍTULO DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. (e-STJ Fl. 305)

Superior Tribunal de Justiça

Embargos de declaração: interpostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 11, 489, II, e § 1º, VI, 927, § 1º, e 1.022, II, do CPC/15; 944 e 950 do CC, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, afirma que o acórdão recorrido não enfrentou os fundamentos apresentados na apelação, notadamente em relação aos precedentes colacionados. Insurge-se contra os valores fixados a título de compensação por dano moral e estético.

Relatado o processo, decide-se.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/15

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca dos danos morais e estéticos experimentados pelo agravante, de maneira que os embargos de declaração opostos pelo mesmo de fato não comportavam acolhimento. Confira-se:

(...)

"Compulsando os autos, percebe-se que o autor foi atingido por disparo de arma de fogo no estacionamento do supermercado réu, e apesar de ter passado por cinco procedimentos cirúrgicos, apresenta sequela de incontinência fecal, diarreia por disabsorção intestinal e diminuição em sua capacidade laborativa.

Assim, levando em consideração as questões fáticas, especialmente a repercussão do fato na vida do autor e a gravidade do dano, entendo que o valor a título de danos morais e estéticos devem ser majorados para R\$30.000,00 (trinta mil reais) cada um, valor este que melhor se adequa a incontestável dor sofrida pelo autor.

Quanto ao dano estético, diferente do dano moral, decorre de cicatriz deixada no abdômem do autor, de grau médio, cabalmente demonstrada pelas fotos colacionadas aos autos, assim como pelo laudo pericial

acostado, sendo cabível a cumulação das indenizações de dano moral e estético, conforme pacífica jurisprudência:

Súmula nº 387 do STJ: “É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral”.

Súmula nº 96 do TJRJ: “As verbas relativas às indenizações por dano moral e dano estético são acumuláveis”.

Nesta esteira, considerando o poder econômico da parte ré para suportar as indenizações, a majoração das indenizações é medida que se impõe, sem risco de promover o empobrecimento das empresas ou o enriquecimento ilícito do autor.” (e-STJ Fls. 318/319)

(...)

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489, II, § 1º, VI, do CPC/15

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489, II, § 1º, VI, do CPC/15.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 11 e 927, § 1º, do CPC/15 e 944 e 950 do CC, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere aos valores fixados a título de compensação por dano moral e estético, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, pois não fixados na origem em face do agravante.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora